

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**Representações sociais dos profissionais do Centro de Atendimento
Socioeducativo de Jaboatão dos Guararapes (PE) sobre os adolescentes
em conflito com a lei e seus reflexos na prática pedagógica**

Karina Sterffany da Silva

Recife, fevereiro de 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Karina Sterffany da Silva

**Representações sociais dos profissionais do Centro de Atendimento
Socioeducativo de Jaboatão dos Guararapes (PE) sobre os adolescentes
em conflito com a lei e seus reflexos na prática pedagógica**

Monografia submetida à Universidade
Federal Rural de Pernambuco – UFRPE,
como requisito parcial à obtenção do grau de
licenciada em Pedagogia.

Orientação: Aristeu Portela Júnior

Recife, fevereiro de 2018

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que é minha fortaleza, esperança e autor da minha vida. Sem ele nada seria possível, pois dele, por ele e para ele são todas as coisas.

Aos meus pais que com admirável renúncia e dedicação lutaram incessantemente para minha formação profissional, intelectual e, acima de tudo, humana. Sem dúvida carregam uma riqueza inalienável que sempre me proporcionou muito orgulho. Aos meus irmãos que permaneceram compreensivos e disponíveis para ajudar em todas as necessidades. Ao meu noivo que é o amor da minha vida, meu ajudador, companheiro e amigo. Tem sido um braço forte na caminhada da vida.

Aos mestres, cidadãos, estudiosos e todos aqueles que tem optado pela busca de novos rumos, novas possibilidades para o progresso social do nosso povo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo ao meu Deus que me permitiu chegar até aqui. Ele é minha alegria e meu socorro no momento de angústia. Vivo por ele e para ele.

Aos meus pais, Moacir Francisco da Silva Filho e Severina Maria da Conceição por toda confiança, esforço e ajuda em todos os meus dias. Obrigada por ter me ensinado grandes lições sobre fé, respeito, honestidade, amor e esperança através de suas vidas. Todos os meus dias serão pouco para externar minha gratidão e meu amor por vocês.

Aos meus irmãos, Suanny, Rerold e Ewerton por serem meus amigos e motivadores de todas as conquistas e avanços possíveis em minha vida. Obrigada pela compreensão e pelo incentivo.

Ao rapaz mais admirável, amoroso e dedicado que conheci, meu noivo, Alisson Alves. Sou grata por ter sido e continuar a ser uma das razões pelas quais estou aqui. Seu otimismo, convicção e alegria me contagiavam diariamente. Obrigada por toda compreensão e ajuda, tenho adorado a ideia de compartilhar o resto dos meus dias ao teu lado. Amo você.

Agradeço a todos os meus amigos e irmãos em Cristo que tem intercedido por minha vida, em todos os aspectos. Sem dúvida a presença de vocês sempre proporciona momentos de inenarrável alegria e paz. Só o Senhor os poderá recompensar. Muito obrigada.

Agradeço a todos os professores que colaboraram direta ou indiretamente para a construção desse trabalho e para meu crescimento intelectual e social. Em especial ao meu orientador, Professor Aristeu Portela, obrigada por absolutamente tudo. Sem dúvidas suas orientações e conselhos serão levados para além da Universidade.

Ao corpo docente, coordenadores e a todos os funcionários do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Jaboatão dos Guararapes. Especialmente aos coordenadores técnico e pedagógico, K.N. e V.C. respectivamente, por toda prestatividade, receptividade e interesse no desenvolvimento da pesquisa. E a todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa no centro.

RESUMO

O trabalho explora o contexto em que estão inseridos os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Centro de Atendimento Socioeducativo de Jaboatão dos Guararapes (PE). Analisamos as representações sociais dos professores e coordenadores sobre os adolescentes, o sistema socioeducativo e os possíveis fatores que contribuíram para a infração, entre outros aspectos relacionados que surgem no decorrer do trabalho. Analisamos, principalmente, a forma com que tais representações são refletidas na prática pedagógica dos educadores. Pontuamos também aspectos como estrutura física do centro, administração, planejamento técnico e pedagógico. A pesquisa surge da inquietação referente aos níveis crescentes de criminalidade e internação de adolescentes em centros de ressocialização. E pretende trazer uma reflexão e um alerta à urgência de mudanças significativas no quesito educação para jovens em situação de conflito com a lei e para a importância do papel da sociedade e do Estado em um processo de reintegração social exitoso. Devendo assim, ofertar e possibilitar novos caminhos e oportunidades para o crescimento pessoal e social do indivíduo.

Palavras-chave: Educação; Ressocialização; Representação Social; Medida Socioeducativa; Internação.

ABSTRACT

The study seeks to explore the context in which adolescents are inserted in compliance with socio-educational measures in the Socio-Educational Care Center of Jaboatão dos Guararapes. Analyzing the social representations of teachers about adolescents, the socio-educational system and the possible factors that contributed to the infraction, among other related aspects that arise during the course of the work. Analyzing, mainly, the way in which such representations are reflected in the pedagogical practice of educators. Scoring also aspects like physical structure of the center, administration, technical and pedagogical planning. The research arises from the concern regarding the increasing levels of crime and hospitalization of adolescents in resocialization centers. And it intends to bring a reflection and an alert to the urgency of significant changes in the issue of education for young people in conflict with the law and for the importance of the role of society and the State in a process of successful social reintegration. Therefore, to offer and to enable new paths and opportunities for personal and social growth of the individual.

Keywords: Education; Reschedule; Social Representation; Socio-educational Measure; Internment.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Profissionais entrevistados, suas formações acadêmicas e áreas de atuação no CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE)

Quadro 2: Fatores que contribuem para a infração, segundo as representações dos professores do CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE)

Quadro 3: Características dos adolescentes quando chegam ao Centro, segundo as representações dos professores do CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE)

Quadro 4: Características da prática pedagógica dos professores do CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE)

Quadro 5: Expectativas dos profissionais do CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE) quanto à reinserção social dos adolescentes

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

CENIP - Centro de Atendimento Socioeducativo

CASE – Centro de Atendimento Socioeducativo

CASEM - Casa de Semiliberdade

FEBEM - Fundação do Bem Estar do Menor

FUNDAC - Fundação da Criança e do Adolescente

FUNASE - Fundação de Atendimento Socioeducativo

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SEDSDH - Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

UNIAI - Unidade de Atendimento Inicial

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1: Educação e ressocialização de adolescentes em conflito com a lei	12
1.1 O avanço das leis em defesa da criança e do adolescente	12
1.2 Instituições para a ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei	14
1.3 Ressocialização no estado de Pernambuco	16
1.4 Os Direitos Humanos e a relação com as medidas socioeducativas	18
Capítulo 2: Metodologia.....	20
2.1 Considerações metodológicas	20
2.2 A representação social como fator norteador da prática pedagógica	22
Capítulo 3: Representações sociais e prática pedagógica dos profissionais de educação do CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE)	24
3.1 Planejamento e cotidiano do CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE)	24
3.2 Fatores que contribuem para a infração segundo as representações dos profissionais.....	27
3.3 Características dos adolescentes dentro do CASE segundo as representações dos profissionais	28
3.4 Prática pedagógica dos professores do CASE	30
3.5 Expectativas dos profissionais do CASE quanto à reinserção social dos alunos	32
Considerações Finais	35
Referências.....	37

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge de inquietações referentes à eficácia do sistema de ressocialização, em especial no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Jaboatão dos Guararapes (PE), que possui capacidade para 72 adolescentes, do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 15, onde foram realizadas as observações e as entrevistas. Os índices do Panorama Nacional de 2011, resultado do programa Justiça ao Jovem lançado em 2010 pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), bem como os levantamentos feitos pelo Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE) em 2013, 2014 e 2015, revelam uma crítica realidade no que diz respeito ao processo de ressocialização dos adolescentes assistidos no estado de Pernambuco. Os dados também trazem um perfil bastante preocupante, mas que é de extrema importância para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esse processo. Grande parte dos adolescentes que cumprem medida por alguma infração não concluíram o ensino fundamental, moram apenas com a mãe, residem em bairros pobres e são pretos ou pardos. O percentual de reincidência também é considerável e torna-se um dos principais indicadores na avaliação desse sistema.

Partindo dessa realidade, o nosso trabalho analisa as relações existentes entre os adolescentes em situação conflituosa com a lei, os professores e os coordenadores que desempenham suas funções no já citado Centro, investigando as práticas pedagógicas e o planejamento da instituição, considerando o olhar dos mesmos para com os adolescentes internos, pontuando quais são os desafios encontrados. Considerando que os adolescentes que cumprem medida no CASE compõem um grupo de indivíduos sem credibilidade e perspectivas por parte da sociedade mais ampla e até mesmo dos órgãos responsáveis, torna-os atores principais da mudança desejada é de fato o maior desafio. Logo, a questão abordada por nossa pesquisa é: de que forma a prática pedagógica visa e oportuniza a reintegração social do adolescente em conflito com a lei e quais as representações que acabam refletindo nessa prática?

O trabalho revela-se bastante significativo para a comunidade acadêmica por proporcionar maior compreensão das complexidades envolvidas no processo de

ressocialização dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa no CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE). Além da necessidade de maior exploração do tema na área de Educação e por revelar a importância de um planejamento pedagógico para uma realidade diferente da escola comum. Para os educadores, o trabalho é importante por mostrar que as representações são o ponto de partida da prática pedagógica, logo, estão estreitamente relacionadas com os reflexos no cotidiano escolar. Na sociedade, de forma geral, a atenção dada a tais questões é importante porque visa a promoção dos diversos fatores que permanecem contribuindo para o crescimento da marginalização dos adolescentes. Considerando que a apropriação e reflexão de tais fatores deve fortalecer o debate referente ao papel e ao poder que exerce a sociedade na formação, em todos os âmbitos, desses indivíduos.

O principal objetivo da pesquisa é analisar as práticas e as representações dos/as educadores/as do Centro de Atendimento Socioeducativo de Jaboatão dos Guararapes (PE) referente aos alunos que cumprem medida socioeducativa em regime de internação. Relacionando, conseqüentemente, quais são as metodologias e os meios pedagógicos privilegiados pelos/as educadores/as do Centro na sua atividade. E quais as maiores dificuldades encontradas pelos educadores na prática pedagógica. O trabalho também apresenta as representações dos coordenadores do CASE em relação aos adolescentes, ao significado da instituição, a importância do trabalho pedagógico e aos resultados pretendidos. Eles, assim como os professores, representam no domínio de suas funções personagens fundamentais para o desenvolvimento exitoso do processo. Nesse sentido, o termo exitoso refere-se ao retorno de um adolescente que visa mudanças em sua realidade e busca alçar novos caminhos de conquistas e superação através da formação educacional e de oportunidades de trabalho.

Inicialmente serão abordadas as mudanças legais relacionadas à leis e nomenclaturas referentes à proteção de crianças e adolescentes e às instituições responsáveis pelo cumprimento das medidas socioeducativas, elencando também a importância dos Direitos Humanos no desenvolvimento de um trabalho positivo e o perfil traçado pelos dados nacionais de adolescentes em situação de conflito com a lei (Capítulo 1). Em seguida descrevemos a metodologia empregada no desenvolvimento do trabalho, em especial a Teoria das Representações Sociais (Capítulo 2), e desenvolvemos a análise dos dados colhidos nas visitas e entrevistas realizadas (Capítulo 3).

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Neste primeiro capítulo, o trabalho apresenta marcos legais e mudanças significativas que resultaram no atual sistema socioeducativo do Brasil e de Pernambuco. Detalha os dados que nortearam a pesquisa e pontua aspectos importantes, como a necessidade de incluir os Princípios dos Direitos Humanos na Educação, em todas as situações, mas em especial, como tratada no trabalho, na realidade da socioeducação.

1.1 O avanço das leis em defesa da criança e do adolescente

A Constituição Federal do Brasil assegura aos adolescentes internos o direito à educação gratuita, ao atendimento médico etc. A inovação do currículo e das práticas pedagógicas é essencial para o trabalho com esses adolescentes, e esse é o principal motivo que sustenta a ideia de que é possível educar para ressocializar. O Art. 123 da Lei nº. 8.069/1990 – o Estatuto da Criança e do Adolescente – assegura aos alunos o direito de receber apoio pedagógico em locais distintos do abrigo. Além de impor critérios separatistas entre os internos, como idade e gravidade da infração. O Art. 124 do Estatuto também afirma o direito que o adolescente em situação de conflito com a lei possui de receber escolarização e profissionalização, realizar atividades culturais e ser tratado com total respeito e dignidade.

Ao longo dos anos as leis passaram a atentar mais para a realidade desses adolescentes e a buscar saídas para melhorias nessa situação. Como exemplo disso temos a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1959; o Código de Menores de 1979, primeira legislação específica para infância e adolescência no Brasil; a Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988; e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Em 1959 a Declaração Universal Dos Direitos da Criança “difundia para a comunidade mundial a ideia da adoção de todos os esforços possíveis, para atender as necessidades das crianças considerando os séculos de indiferença” (SILVA, 2017, p. 13).

Em 1979 foi promulgado o Código de Menores, que tratava da situação dos jovens vulneráveis, considerados dessa forma as crianças e adolescentes que cometiam alguma infração e os que estavam abandonados. Dessa forma, foi instituída a Doutrina da Situação Irregular, que colocava totalmente nas mãos do Estado as ações necessárias para o tratamento desses jovens. Mas, como diz Silva (2017, p. 14):

Durante a vigência do Código de Menores de 1979, as crianças e os adolescentes não eram considerados sujeitos de direitos, inclusive era utilizada a terminologia “Menor” para se referir a eles. Esta legislação era voltada para a higienização e disciplina das crianças carentes e abandonadas e a correção para os adolescentes autores de atos infracionais.

A Doutrina da Proteção Integral veio com a promulgação da Constituição Federal de 1988, estabelecendo de vez o direito à educação e ao atendimento socioeducativo daqueles que cometerem algum ato infracional.

A Constituição Federal de 1988 representou um divisor de águas no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que marcou a passagem da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, que firmou princípios de respeito à pessoa humana (SILVA, 2017, p. 14).

Apesar de estarem em um período de ressocialização, o regime vivido por tais jovens e adolescentes assemelha-se, no que diz respeito às características básicas, ao regime fechado que ocorre nas penitenciárias, já que os infratores permanecem reclusos nesse ambiente.

Nos centros de ressocialização têm sido constatados também números crescentes de óbitos. Essa realidade não corresponde ao que é estabelecido no planejamento dos Centros, permanecendo a uma grande distância do ambiente desejado e propício para o trabalho desenvolvido no CASE e nas demais instituições que recebem adolescentes que cumprem medida educativa.

A história revela que os institutos criados para abrigar e reeducar adolescentes tiveram como tônica a repressão e a punição, o que, sem dúvida, contribuiu para fomentar a violência, gerando adultos potencialmente criminosos. Da mesma forma, a parca legislação promulgada com o fim de garantir proteção à criança e ao adolescente foi ineficaz aos fins aos quais se destinou, ou seja, minimizar o abandono, evitar a criminalidade infantil, educar o jovem infrator, permitindo sua participação social (CELLA, 2009, p. 25).

Possibilitar que o educador veja o adolescente interno como agente de sua própria história e o faça exercer essa autonomia de forma positiva é bastante complicado, mas muitíssimo importante. Sobre isso Lourenço (2012, p. 70) explica:

Para possibilitar a participação dos jovens em seu processo de socioeducação, é necessário identificar e entender as suas crenças, valores e outros componentes que configuram sua percepção e visão de mundo. Diante disso, descobrir qual é o papel da educação, mais especificamente da escolarização, para a efetivação do processo socioeducativo, é essencial quando se objetiva criar ações que possam vincular o adolescente à escola, e torná-lo sujeito de sua própria história.

Portanto, fica claro que com o passar do tempo a questão tratada ganhou mais espaço e atenção o que representou grandes avanços, no entanto é algo que precisa ser contínuo. E o debate sobre educação e ressocialização ainda será muito longo, exigindo múltiplos esforços, incentivos, mudanças de perspectivas de profissionais e órgãos competentes.

1.2 Instituições para a ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei

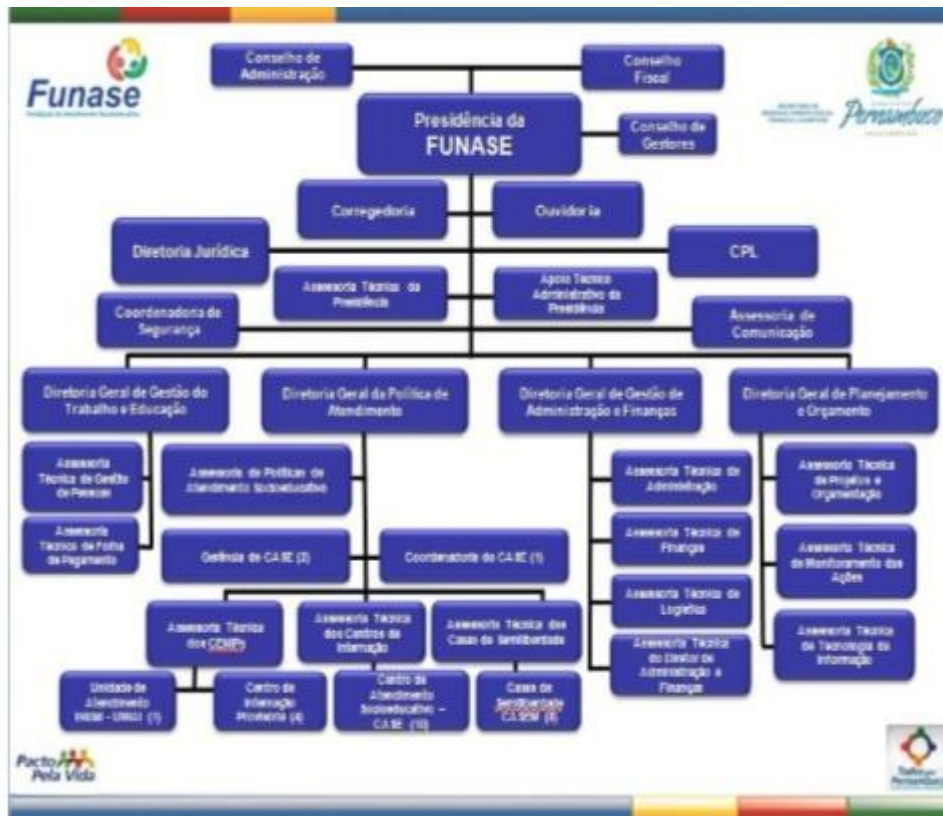
A Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM) foi instituída durante o regime militar. A entidade era responsável pela assistência ao “menor abandonado e infrator”. A FEBEM foi renomeada em consequência da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e através da Lei Complementar Nº 3, de 22 de agosto de 1990, como Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC).

As mudanças continuaram e no ano de 2008 a FUNDAC transformou-se em Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, de acordo com a Lei Complementar Nº. 132, de 11 de dezembro de 2008. De acordo com o Art. 2º da referida lei, cabe à FUNASE “prestar atendimento inicial e internação provisória, visando à proteção integral e à garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes envolvidos ou autores de ato infracional”.

Também compete à FUNASE, como consta no Art. 2º e inciso III da lei citada, criar estratégias, juntamente com outras instituições, em prol do desenvolvimento desses adolescentes. Além de desenvolver ações articuladas com outras instituições públicas e a sociedade civil organizada, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). A Fundação era ligada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDSDH), mas com a Lei Nº 14.264, de 06 de janeiro de 2011, é criada a Secretaria da Criança e da Juventude (SCJ) e a FUNASE passa a ser vinculada a ela.

Segundo a FUNASE existem Unidades Socioeducativas em dez municípios do estado de Pernambuco, de vários tipos: Unidade de Atendimento Inicial (UNIAI), Centro de Internação Provisória (CENIP), Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) e Casa de Semiliberdade ¹(CASEM). A estrutura organizacional da Fundação pode ser melhor observada no gráfico a seguir, retirado do endereço eletrônico da instituição¹:

¹ Endereço eletrônico: <www.funase.pe.gov.br>. Acesso em: 29 de janeiro de 2018.



1.3 Ressocialização no estado de Pernambuco

Pernambuco está entre os estados que tiveram crescimento nas taxas de internação (medida que prevê a inserção do adolescente em uma unidade de reclusão, privando-o de liberdade) e semiliberdade (permite a transição do adolescenteda internação para o meio aberto), e redução nas taxas de internação provisória (medida cautelar pessoal restritiva da liberdade do menor), segundo o levantamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2011). O mesmo relatório revela que não houve alteração quanto ao percentual de reclusos do sexo masculino e feminino desde o levantamento de 2010: 5% de meninas e 95% de meninos.

O levantamento de 2014 mostra resultados com pequenas variações para o estado: em 2012, o número de adolescentes e jovens em internação era de 943, passando para 1.190 em 2013 e 1.094 em 2014. Em internação provisória o quantitativo também diminuiu um pouco, de 345, em 2013, para 329, em 2014. Quanto à semiliberdade, a quantidade permaneceu crescendo de 150 para 155 e 172. Ao todo existiam 1.690 de jovens e adolescentes cumprindo medida socioeducativa em Pernambuco no ano de

2013, sofrendo uma redução de cerca de 6% no ano seguinte quando o número reduz para 1.595²².

O Panorama do Conselho Nacional de Justiça traz um perfil dos adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas no ano de 2011 em todas as regiões do país. Os dados mostram que os jovens de 17 anos representam a maior parcela dos adolescentes que cumprem medida de internação. No Nordeste, 54% deles cometeram a primeira infração entre 15 e 16 anos. A grande maioria por roubo, que também é o motivo de 36% das reincidências. A região possui o menor índice do país quanto a taxa de 1º internação e fica em último colocado quanto às reincidências.

Outro fator importante é a estrutura familiar em que se formam os adolescentes em conflito com a lei: quase metade deles são criados apenas pela mãe. O mesmo panorama também revela dados acerca da situação escolar desses adolescentes, o Nordeste apresenta o maior percentual de analfabetos do país,³⁴ com 20%, seguido do Norte, onde 14% dos internos declaram não ser alfabetizados. É importante pontuar que esse Panorama, como foi esclarecido na introdução do trabalho, é resultado do programa Justiça ao Jovem que foi lançado em 2010, e na primeira etapa percorreu todos os centros dos 26 estados e do Distrito Federal. Na segunda etapa foram feitas novas visitas aos estados com as piores situações, e Pernambuco não estava incluído. Também foi elaborado um relatório sobre a situação dos centros em cada estado separadamente e encaminhado aos órgãos responsáveis.

O abandono precoce das atividades escolares pode justificar as taxas tão altas que se referem a Pernambuco. A pesquisa revela que a idade média de interrupção dos estudos era de 13,7 anos, a menor no Brasil, e que mais de 50% deles não frequentava diariamente a escola. Nesse contexto, a ação pedagógica desempenha um papel muito importante para a reintegração do indivíduo na sociedade, responsável pela exploração de recursos que promovam a esperança e estimulem a boa vontade de cada adolescente para retornar com sucesso à vida social comum. Buscando estabelecer novas relações sociais, crendo na força da educação e que é possível mudar o mundo pessoal através dela.

² O último levantamento do SINASE é referente ao ano de 2015 – porém, como foi publicado apenas em 2018, não possível incluí-lo na pesquisa. Logo, os dados colocados foram os mais recentes até o início da escrita do trabalho.

³

⁴

1.4 Os Direitos Humanos e a relação com as medidas socioeducativas

A autenticidade dos Direitos Humanos é firmada pela Constituição brasileira de 1988, quando destaca a cidadania e a dignidade da pessoa humana como princípios fundamentais, no Art. 1º, incisos II e III. Além de instituir no inciso III do Art. 3º a erradicação da marginalização e das desigualdades sociais como um dos objetivos fundamentais da República.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) foi reelaborado três vezes. O primeiro, publicado em 1996, priorizava ações governamentais em prol da promoção dos direitos civis. O segundo, que corresponde ao ano de 2002, incluía os direitos sociais, econômicos e culturais. E, por fim, o terceiro, lançado em 2009, em que a elaboração também foi influenciada pelas discussões da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos.

A prática pedagógica alicerçada nos princípios dos direitos humanos não parte da ideia de trazer ao conhecimento do aluno algo que o mesmo não conheça:

A sugestão das Diretrizes não é educar partindo da premissa de que o indivíduo desconhece seus direitos, uma vez que esse indivíduo tem um conhecimento prévio sobre a temática. Ao contrário, as Diretrizes sugerem uma restauração de valores pelo conhecimento dos direitos humanos (BRASIL, 2013, p. 43).

A educação que luta pela formação de indivíduos autônomos, reflexivos, autores e responsáveis por suas posições, representa um dos meios mais eficientes para transformar os seres humanos e a sociedade de forma geral. Quando pautada na perspectiva de reinserção de adolescentes que cometeram infração, a abordagem dos Direitos Humanos se torna ainda mais importante pelo fato de buscar o empoderamento desses adolescentes quanto à responsabilidade que possuem na construção e no bem-estar social e individual. Segundo Morgado (2001, p. 11)

Cabe à educação em Direitos Humanos contribuir para o empoderamento individual e coletivo dos atores escolares, tanto dos(as) professores(as)

quanto dos(as) alunos(as). Conhecedores de seus direitos e potencialidades, estes atores poderão tornar-se agentes de mudanças, operando transformações em seus contextos imediatos, exercendo [...] o poder local, e, a longo prazo, ampliando os efeitos de sua ação para níveis mais amplos.

Segundo o Plano Nacional de Direitos Humanos (p. 31)

Não é apenas na escola que se produz e reproduz o conhecimento, mas é nela que esse saber aparece sistematizado e codificado. Ela é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos.

Afirma também que para contribuir com esse processo de formação a escola deve garantir, entre outros, dignidade, igualdade e oportunidade.

Por esse motivo, as questões referentes aos Direitos Humanos também são fundamentais para a nossa pesquisa. Especificamente, se é possível notar nas observações, entrevistas e nas próprias representações dos professores e coordenadores a existência ou não da relação entre o planejamento e a prática pedagógica do Centro com os princípios dos Direitos Humanos.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

2.1 Considerações metodológicas

Nosso trabalho é de caráter qualitativo e parte, inicialmente, da exploração do espaço e das atividades realizadas no Centro de Atendimento Socioeducativo de Jaboatão dos Guararapes (PE), em busca da compreensão das complexidades existentes nas relações estabelecidas entre professores, adolescentes internos e gestão.

Como afirma Mynaio (2001, p. 21), a pesquisa qualitativa:

se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis.

No desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas – isto é, “uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 188) – e observação para coleta dos dados necessários. Sobre a observação, Vianna (2003, p. 12) afirma que consiste em

uma das mais importantes fontes de informação em pesquisas qualitativas em educação. Sem acurada observação, não há ciência. Anotações cuidadosas e detalhadas vão constituir os dados brutos das observações, cuja qualidade vai depender, em grande parte, da maior ou menor habilidade do observador e também da sua capacidade de observar.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com sete professores, listados a seguir, e dois coordenadores do centro – K.N. V.C., Coordenadora Técnica e Coordenador Pedagógico, respectivamente. Apenas um dos entrevistados preferiu que a entrevista não fosse gravada, o professor M.L. No caso dos demais, as conversas não foram gravadas por estarmos o tempo todo caminhando pelos espaços da escola e do

centro pois, enquanto respondiam os professores e coordenadores iam mostrando salas, biblioteca, alojamentos e outros ambientes.

Durante as entrevistas registrei as observações e os pontos que cada um abordou e em seguida transformei em diários de campo. Também foi importante a comunicação através de e-mails feita com os coordenadores, onde eles respondiam algumas questões, dúvidas e marcavam as visitas.

Os profissionais entrevistados, suas formações acadêmicas e área de atuação no CASE estão sintetizados no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Profissionais entrevistados, suas formações acadêmicas e áreas de atuação no CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE)

Nome	Formação acadêmica	Área(s) de atuação no CASE
K. N.	Serviço Social	Coordenadora Técnica
V. C.	Especialista em mídias na educação	Coordenador Pedagógico
M. L.	História	Prof. De História, Geografia, Filosofia, Sociologia
Mg.	Letras	Alfabetizadora
R. M.	História	Prof. De História

Foram realizadas 10 visitas ao Centro, entre os meses de maio e dezembro. Anteriormente, no ano de 2015, chegamos a ir ao centro e conversar com as coordenadoras. Porém não foi possível iniciar a pesquisa pois logo houve a troca de gestão e o centro passou por um período de tensão devido a esta mudança e a nova gestão informou que estava evitando visitas. O contato foi retomado em 2016 através de e-mail e telefonemas. Com as visitas, foi possível observar um pouco a rotina da escola e dos adolescentes nas salas de aula, sala dos professores e em seus alojamentos. O que possibilitou a percepção de alguns pontos referentes ao comportamento dos meninos na relação com o corpo docente, entre outros fatores que serão analisados no capítulo seguinte.

2.2 A representação social como fator norteador da prática pedagógica

Inspiramo-nos na Teoria das Representações Sociais para analisar a forma como os entrevistados pensam sobre o contexto do sistema de ressocialização e dos adolescentes que estão inseridos nele, seus posicionamentos e perspectivas quanto à realidade do sistema e do processo de reintegração social.

Segundo Spink (1998, p. 121):

[...] é consenso entre os pesquisadores da área que as representações sociais, enquanto produtos sociais, têm sempre que ser remetidas às condições sociais que as engendraram, ou seja, o contexto de produção. [...] é a atividade de reinterpretação contínua que emerge do processo de elaboração das representações no espaço da interação que é, ao nosso ver, o real objeto do estudo das representações sociais na perspectiva psicossocial.

A forma como os indivíduos percebem-se, construindo uma significação prévia a respeito do outro, é inevitável em todos os âmbitos sociais. Essa análise inicial parte da interpretação das ações do outro ou mesmo da simples comparação entre os diferentes pontos de vista. O olhar sobre o outro é refletido nas ações e reações constatadas na relação entre os indivíduos. No caso dos centros de ressocialização, esse olhar é determinante para o desenvolvimento do trabalho de reinserção dos adolescentes e jovens internos na sociedade.

A representação construída pelo professor referente aos seus alunos, à escola, às possibilidades e a tudo relacionado a ela, direcionam as tomadas de atitudes, os cronogramas, projetos e o desenvolvimento dos conteúdos. Além de influenciar a forma como portam-se durante a aula. Dessa forma, a abordagem da educação no contexto da ressocialização é fundamental por, dentre outras questões ligadas ao professor, pontuar que é de extrema importância uma formação intelectual que prepare o mesmo para uma realidade que muitas vezes desconhece e que não está propriamente informado para intervir. Como explica Cella (2009, p. 286):

O professor, antes formado para atuar em casas e asilos de recolhimento, em que a disciplina, a coerção e o distanciamento social eram tidos como

práticas para educação e reinserção do adolescente infrator, é agora convidado a entender o então chamado menor delinquente como jovem em situação de vulnerabilidade e concebê-lo como pessoa em formação.

Os professores precisam levar em conta os jovens e suas respectivas realidades sociais, compreendendo o percurso de cada um e quais as influências sofridas com as experiências até então. Planejar intervenções com base nessas observações e ajustar, com o decorrer do tempo, suas práticas às necessidades que surgirem.

O processo educacional deve respeitar a realidade social e familiar do adolescente e o educador deve estar preparado para desenvolver uma metodologia de acolhimento com os adolescentes autores de atos infracionais (SILVA, 2017, p. 19).

Dessa forma, as representações interferem diretamente no sucesso ou no fracasso dos processos de reintegração social. Não significa dizer que tudo depende das representações, mas que elas norteiam as ações dos indivíduos. Logo, no caso dos adolescentes em conflito com a lei, podemos inferir que quando não há uma perspectiva positiva por parte dos educadores, o processo já está fadado ao insucesso antes mesmo de chegar à sala de aula.

CAPÍTULO 3

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO CASE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES (PE)

Analisando a proposta pedagógica do CASE, algumas das ações desenvolvidas e alguns momentos da rotina do centro, é possível compreender a forma como gestão e professores creditam à intervenção pedagógica um papel fundamental no processo de ressocializar e ressignificar a vida em sociedade para os adolescentes. Segundo Lourenço (2012, p. 73), “Para que haja a efetiva inclusão desses adolescentes no contexto escolar é necessário que barreiras como o preconceito sejam superadas. Incluí-los, [...] não é simplesmente deixá-los frequentar a escola...”. É partindo dessa concepção que o planejamento do CASE, entre outros pontos, considera os interesses e motivações dos alunos no seu planejamento. Unindo a prática educativa às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da comunidade.

3.1 Planejamento e cotidiano do CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE)

Para o coordenador pedagógico conforme entrevista realizada, a realização da socioeducação passa pela aceitação do ambiente escolar. Por este motivo, são oferecidas, aos adolescentes, atividades como: oficina de jogos de tabuleiro, buscando conciliar lazer, entretenimento e esporte, além de também trabalhar pontos como disciplina e respeito; cineclube; teatro de mamulengo; e GAPES (Grupo de Atividades Pedagógicas Sociais), trata-se de uma atividade integradora circular, utilizando temas transversais. Existe um mediador que apresenta o tema e facilita a fala de todos através de perguntas. Ao final existe uma avaliação da atividade. Essas atividades buscam ouvir os educandos, torná-los participantes ativos da dinâmica da instituição e oferecer a eles momentos de distração satisfatória.

Em geral, a proposta do Centro de Jaboatão parte, como deve ser, da realidade do adolescente, buscando de formas variadas e com flexibilidade estabelecer uma relação dialógica entre os educandos e os profissionais envolvidos, o que segue na perspectiva de Lourenço (2012) citada no primeiro capítulo, que fala da importância de compreender o aluno e sua formação para torna-lo participante do processo. Os professores recebem capacitação a cada bimestre, o que é de grande relevância pois “ainda hoje os professores e demais profissionais são preparados para receber classes idealizadas, o que se distancia da realidade atual...” (CELLA, 2009, p. 293). As capacitações trabalham aspectos importantes na prática pedagógica partindo da concepção da realidade dos adolescentes.

Tendo em vista a importância da família para os adolescentes que cumprem medida socioeducativa na instituição, a coordenadora técnica relatou durante entrevista que busca manter uma relação de proximidade com as mesmas, proporcionando até mesmo a estadia de parentes no CASE em datas comemorativas. Para ela isso também é uma forma de apaziguar certos momentos de tensão pois, segundo nos informa, os “meninos respeitam muito as famílias”.

O espaço físico do centro conta com quadra poliesportiva, biblioteca e sala de artes. Esses ambientes são bastante disputados, principalmente a sala de artes, onde um professor desenvolve atividades de pintura com um número hoje mais reduzido de alunos, devido ao corte de verbas. A biblioteca não é, como pode ser inferido através dos índices de escolaridade, o lugar mais desejado pelos adolescentes. Porém, como já foi citada a preocupação com a promoção de um ambiente mais significativo para o educando, a coordenação faz algumas modificações para isso. Por exemplo, nas salas de aula algumas paredes são grafitadas pelos alunos.

Quanto ao trabalho na biblioteca, é importante expor a iniciativa da professora de Português que buscou, através de um projeto de construção de livros, incentivar o interesse dos alunos para a leitura. Os livros partiram das experiências dos adolescentes e são os próprios que narram suas histórias. Falam dos seus desejos, sonhos, medos, de momentos marcantes e de como chegaram à realidade em que se encontram. Já foram escritos cinco livros e o projeto continua crescendo: em breve os livros serão publicados. Durante uma das visitas estive na biblioteca para folhear os livros, enquanto a professora explicava o quão importante foi esse trabalho para os alunos que

participaram. Detalhes como a capa e os desenhos dentro do livro retratam as histórias que não são contadas e tantos sentimentos silenciados, e significam, para a professora Gilvaneide, um resquício de esperança que pode ajudar os adolescentes a recomeçar, cientes que são autores de suas próprias jornadas.

Existe uma espécie de “moeda de troca” no dia-a-dia do centro: os meninos que estiverem há mais de seis meses internos e com um bom comportamento, podem participar das saídas realizadas pela coordenadora técnica juntamente com os demais organizadores. Esses passeios são variados e bastante disputados, pois com a redução da verba houve uma grande diminuição das vagas. O mesmo que aconteceu com a sala de artes, que agora está sendo mantida com algumas vendas dos quadros produzidos.

Durante as visitas realizadas, foi possível observar que os meninos caminham livremente pelo espaço da escola, desde salas de aula até sala dos professores. Conversavam com professores e outros funcionários e em alguns momentos até dividiram lanche. Como no caso do professor de História, M.L., que havia encomendado um refrigerante para tomar com os adolescentes quando cheguei para mais uma visita. Durante a fala dos professores, nas observações da sala de aula, os meninos cooperam e mostram um interesse que vai surgindo aos poucos. A prática pedagógica considera os princípios dos direitos humanos, visto que busca promover a aproximação dos conteúdos à realidade do aluno e dá a devida importância à formação cidadã de cada um. Como consta no primeiro capítulo, Morgado (2001) afirma a forma como a educação em Direitos Humanos contribui para o empoderamento do aluno.

A Coordenadora Técnica, K.N., afirmou durante conversa que o começo foi difícil, mas hoje em dia se sente à vontade e gosta do seu trabalho: “Sempre disse que não trabalharia aqui, no começo foi um pouco difícil me acostumar, mas hoje transito por todos os espaços só, entro nos alojamentos, converso com os meninos sem nenhum problema”.

Após essas observações e as entrevistas com os profissionais do Centro, conduziremos nossa análise a partir de quatro tópicos, que nortearam a pesquisa e buscaram explicar claramente o que foi colhido durante o trabalho. Pontuaremos aspectos das representações dos professores quanto aos fatores que contribuíram para que o adolescente cometesse infrações; as formas como eles veem os alunos no momento

atual, quando chegam ao Centro; de que forma conduzem suas práticas pedagógicas; e quais suas expectativas quanto à reinserção social dos adolescentes.

3.2 Fatores que contribuem para a infração segundo as representações dos professores

A realidade dos CASES segue uma linha quase uniforme, com grandes dificuldades, como poucos recursos financeiros e didáticos, preconceito, desvalorização dos profissionais etc. No centro de Jaboatão, os professores percebem os adolescentes que cometeram infração como resultado de uma equação complexa que inclui o fator família, defasagem escolar, criminalidade e falta de políticas públicas de investimento em educação, esporte, moradia.

A representação dos educadores referente aos alunos segue um padrão bastante semelhante, tanto no que diz respeito aos fatores que contribuíram para a infração quanto nos desafios que trazem para a sala de aula e suas expectativas para o retorno ao convívio social. Defendem que não se trata de punição, mas sim de correção, tendo em vista que a penalização como se é feita não é educativa, o que acaba gerando um número indesejado de reincidências.

No Quadro 2, podemos observar os principais fatores que contribuem para que os adolescentes cometam infrações, de acordo com as perspectivas dos professores e demais profissionais entrevistados. A tabela a seguir e as próximas foram construídas a partir de pontos colocados unanimemente por todos os entrevistados.

Quadro 2: Fatores que contribuem para a infração, segundo as representações dos professores do CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE)

Pobreza
Drogas
Falta de políticas de acompanhamento às famílias vulneráveis
Falta de planejamento familiar

Os fatores colocados unanimemente pelos professores reafirmam os dados citados no início deste trabalho, referentes ao levantamento feito pelo programa Justiça ao Jovem, de 2010, e pelos demais estudos feitos pelo SINASE até 2014. Fica claro que se trata de um perfil correspondente às classes menos favorecidas economicamente na sociedade. Embora existam também no Centro adolescentes que pertençam a famílias com bons recursos econômicos e que, segundo os professores, o fator predominante são as drogas e as más companhias.

O professor M.L., respondendo à questão dos possíveis fatores que contribuíram para as infrações, diz que “Quase cem por cento deles não tiveram pais”. Os professores falaram de diferentes situações quanto ao tratamento familiar. Alguns adolescentes têm total assistência financeira, mas não conhecem limites, outros são deixados de lado e precisam se virar. De uma forma ou de outra, chegam à conclusão que a grande maioria “não teve pais”, ou um acompanhamento familiar correto, que atentasse para a formação cidadã dos mesmos.

3.3 Características dos adolescentes dentro do CASE segundo as representações dos professores

No Quadro 3 podemos observar as características utilizadas para descrever os adolescentes quando eles chegam ao Centro, de acordo com os seus professores.

Quadro 3: Características dos adolescentes quando chegam ao Centro, segundo as representações dos professores do CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE)

Agressividade
Pouco interesse nos estudos
Pouca expectativa quanto à reinserção social
Sentimento de incapacidade nos estudos

Essas são as características descritas pelos professores e coordenadores. Com o tempo de internação os profissionais trabalham para reverter esse quadro. E então aparece outra questão: com o fim da internação os adolescentes não encontram uma sociedade preparada para recebê-los e muito menos medidas que os auxiliem no recomeço necessário. Não há o preparo da família e as escolas não serão como no CASE. Para os professores, o trabalho desenvolvido no Centro não será tão significativo enquanto não houver o interesse e o envolvimento de todos os âmbitos governamentais para o sucesso na ressocialização dos adolescentes.

Na análise, essas características se sobressaem na descrição dos professores quanto aos alunos do Centro. Como eles chegam de uma realidade instável estão sempre na defensiva e agressivos. Alguns dos professores colocaram nas entrevistas que os adolescentes não sabiam reagir a demonstrações afetuosas, por menores que fossem.

O Coordenador Pedagógico, professor V.C., usou a seguinte expressão na entrevista: “Nós vivemos um perdão constante”. Explicando que, inicialmente, por conta da forma agressiva com que os meninos se mostram, passa-se por um curto período tenso até que eles aceitem a forma como são tratados. Isso é, o diálogo, o respeito, a valorização, a preocupação que é mostrada em mínimos detalhes quando, por exemplo, são consultados sobre algumas atividades que desejam fazer.

Para M.L., professor de História, Sociologia, Filosofia e Geografia durante entrevista, o que eles fazem é conquistar a confiança dos alunos e fazer com que se sintam seguros: “Nós entramos na deles para que eles entrem na nossa”. Logo, ao terem a confiança dos meninos, passam a desenvolver com bastante diálogo, os objetivos da disciplina. Pois, para ele, ser professor é “exercer um sacerdócio”. Com exatamente essas palavras o professor deixou claro que o Centro é um lugar onde os deveres são ensinados e que, acima de tudo, busca-se que os adolescentes se reconheçam como pessoa.

A falta de interesse com os estudos é reforçada pela ideia de que quando saírem do CASE irão voltar para casa e frequentar uma escola que não terá a mesma concepção do Centro. Uma escola na qual os professores, em sua maioria, não estão preparados

para administrar sua prática visando auxiliar adolescentes que acabam de voltar ao convívio social mais amplo.

Referente a isso a professora R.M. pontua em sua fala: “Os meninos dizem que lá fora não vão ter uma escola assim”. E lembra: “eles não precisam de pessoas que passem a mão na cabeça deles, mas de pessoas que mostrem novas oportunidades”. Pois já chegam à escola convictos de que nada irá mudar a relação negativa que eles possuem com os estudos. A alfabetizadora, professora Mg., lembrou durante as entrevistas de momentos muito difíceis que passou por insistir em incentivá-los a aprender a ler (segundo ela, grande parte dos adolescentes chega sem saber ler). Ela afirma: “as vezes eles não fazem as atividades e nada do que é proposto crendo que não podem fazer pois ainda não aprenderam [a ler]”.

No centro de ressocialização um fato que pode ser considerado positivo é a redução de alunos por turma o que possibilita um melhor acompanhamento. Esse foi um ponto colocado pelas professoras de ciência, português-inglês, educação física e artes, com quem tive uma conversa em grupo durante uma das visitas.

Durante as visitas foi possível perceber, em vários momentos, como se dava a relação dos alunos com os professores. Nas primeiras idas ao CASE a coordenadora K.N. mostrou os alojamentos e todo o espaço do Centro. Foi satisfatório observar como eles conversavam com ela e a chamavam todos ao mesmo tempo. Perguntavam sobre o passeio, sobre quem estava visitando, sobre atividades. Ela entrou no quarto de um dos rapazes para ver se ele havia feito a organização e, enquanto isso, os demais correram para arrumar os seus. Ela entrou, respondeu algumas perguntas sobre os materiais que estavam precisando. Informou, quando saiu, que ela tem o hábito de sempre explicar aos meninos como vai a situação financeira e a administração desses recursos. Ela lembra que eles cobram muito e, por exemplo, quando não há verba para aquisição de algo, ela vai até eles e explica o que está acontecendo. Por várias vezes durante as idas ao centro, os alunos entraram na sala dos professores para falar com eles e perguntaram sobre a aula e outras atividades.

3.4 Prática pedagógica dos professores do CASE

O planejamento didático está baseado em eixos temáticos que são temas atuais e relevantes e podem ser trabalhados por todas as disciplinas. Os adolescentes tem aulas todos os dias em um dos turnos, no contraturno quase todos os dias fazem alguma atividade ou participam de mini cursos.

Os professores informam que a maioria dos meninos chega ao Centro analfabetos e, para a professora alfabetizadora, por exemplo, é necessário driblar a postura inicial de agressividade por conta da abstinência de drogas (segundo ela, a maioria dos meninos sofre com a abstinência) e da falta de esperança tão presente nessa situação. De acordo com o professor M.L., eles trabalham com a “pedagogia da afetividade e aceitação”, o que ele explica ser um tratamento mais humano, baseado no diálogo e na realidade dos meninos. O mais importante é que eles percebam que podem traçar outros caminhos, porém para isso é necessário empreender um árduo trabalho.

Como já foi colocado, o diálogo é um dos pontos mais abordados, justamente pela busca da construção de uma relação tranquila com os meninos, para que eles se sintam seguros e incentivados. Os professores buscam sempre alinhar o máximo possível os conteúdos à realidade do aluno e ao seu conhecimento de mundo.

Por exemplo, uma ótima referência pode ser a aula que ocorria na biblioteca em um dos últimos dias de visita, dia 26 de outubro de 2017. Era a Semana da Juventude e havia uma aula utilizando músicas. A professora trouxe vários gêneros musicais, porém tocaram apenas brega e funk, pois eram os estilos musicais que os meninos conheciam e gostavam. Por questões de tempo ela não pode estender a aula e trabalhar também com Música Popular Brasileira (MPB), como desejava. Essa abordagem do conhecimento de mundo vai desde as coisas mais simples; por exemplo, o professor M.L. relatou que até em questões de localização utiliza a espaço do próprio CASE para facilitar a compreensão dos alunos. Por mais que se trate de assuntos com um grau de dificuldade maior, ele tenta ao máximo adequar a explicação à realidade do aluno.

A professora de história, R.M., falando sobre os objetivos do ensino como um todo, afirma: “A casa prioriza organizar a vida deles mostrando novas oportunidades. Muitos chegam aqui com anos afastados da escola, aqui eles recebem cursos, oficinas...”. Em suas avaliações ela considera todo o desenvolvimento do aluno, valoriza o trabalho como um todo.

Assim, podemos sintetizar as características da prática pedagógica dos professores do CASE conforme o Quadro 4, a seguir:

Quadro 4: Características da prática pedagógica dos professores do CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE)

Planejamento pautado no conhecimento de mundo do aluno
Uso de bastante diálogo
Estabelecimento de relação afetiva e compreensão da realidade do aluno

Também foi questionado a questão das dificuldades encontradas pelos docentes no dia-a-dia da sala de aula. Os mais citados foram a agressividade, a falta de interesse, falta de recursos (chamam atenção para a questão dos recursos, pois é importante tornar as aulas mais atrativas para chamar atenção dos alunos). Sobre isso o professor M.L. acrescenta: “Os alunos têm o necessário e se chegar a faltar muitas vezes tiramos do nosso próprio bolso!”. Já a professora R.M. disse que trabalhava com adaptações, pois faltam recursos importantes como TV e computadores.

3.5 Expectativas dos professores do CASE quanto à reinserção social dos alunos

O Quadro 5, a seguir, sintetiza as expectativas dos profissionais do Centro quanto à reinserção social dos adolescentes em conflito com a lei, todas praticamente frustradas.

Quadro 5: Expectativas dos profissionais do CASE de Jaboatão dos Guararapes (PE) quanto à reinserção social dos adolescentes

Acompanhamento do Estados aos adolescentes e suas respectivas famílias
Oportunidades educacionais e profissionais que permitam o vislumbre de novos

caminhos
Aceitação social que permita um desenvolvimento saudável desse adolescente após o final da internação

Após as entrevistas e observações infere-se que o principal objetivo do corpo docente e da gestão do centro é que os adolescentes se reconheçam como pessoa. A prática pedagógica, o planejamento do CASE, as atividades extras, as oficinas, tudo é pensado nessa perspectiva. No dia-a-dia busca-se trabalhar partindo de elementos da realidade dos mesmos – utilizar o repertório musical conhecido por eles é um exemplo disso. Como já foi elencado, a falta de assistência ao adolescente e às famílias é citada pelos professores como um fator de extrema importância para um bom recomeço. Porém, infelizmente isso não acontece e, para os educadores, todo o trabalho desenvolvido no Centro acaba sendo um pouco perdido, pois os meninos voltam para mesma realidade da escola, família e sociedade. As oportunidades são ainda mais escassas e o interesse pela escola sofre, pois não são mais recebidos como no CASE.

Quando chega a liberação do adolescente simplesmente tudo é cortado e ele volta para casa sem nenhuma assistência. Até mesmo estágios, projetos, tudo que o mesmo estiver participando é deixado para trás. Por essa questão os professores temem o retorno deles para casa. Saem sem suporte financeiro, muitos sem apoio familiar (a coordenadora K. N. citou casos em que até a mãe precisou ser buscada em casa para vir ao centro acompanhar o filho, que havia sido liberado). É verdade que muitas famílias acompanham o desenvolvimento dos filhos, porém outras não gostam sequer de receber informações, segundo a coordenadora.

Durante a entrevista a professora alfabetizadora, Mg., lembrou que um ex-interno que foi liberado há um certo tempo entrou em contato com o CASE para pedir ajuda aos professores para comprar um isopor para vender água em um cruzamento no centro da cidade. Esse fato retrata perfeitamente os questionamentos levantados quanto aos resultados da internação. Ficam as indagações: de que forma esse adolescente vai se manter? Quais as oportunidades de emprego que ele irá receber? Como ele voltará à escola tendo que trabalhar como ambulante e sem perspectiva para o futuro? Até que

ponto, no que diz respeito a oportunização de novos caminhos, a medida que foi cumprida proporcionou a ressocialização desse indivíduo?

O grande problema do processo de ressocialização é a ausência de um acompanhamento com o adolescente e a família, e a falta de oportunidades de trabalho e de estudo. Mg. continua confirmando que não existe um trabalho de acolhimento para fora da casa. O maior desejo por parte da gestão e do corpo docente é que, mesmo que minimamente, os adolescentes possam encontrar um “resquício de luz” em seus caminhos e sejam “autores de suas próprias mudanças”. Que sejam recebidos pelas famílias e nas escolas sejam valorizados pela oportunidade de mudar, e não pela infração cometida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tópicos analisados acima revelam uma realidade antiga que tem recebido paliativos para remediar a situação. As representações dos professores concebem um adolescente que, resultado de uma complexa equação envolvendo sociedade, Estado, família e marginalização, cometeram alguma infração. O fato de considerar não apenas o adolescente não tem a intenção de retirar dele a responsabilidade de seus atos, mas de deixar claro que existem fatores fundamentais para o desenvolvimento humano tanto social como econômico. Ao negligenciar essa ordem, conseqüentemente há uma parcela da sociedade que se tornará mais vulnerável e dependente. Por isso os professores unanimemente concluíram que a grande maioria dos internos é resultado de uma formação desequilibrada.

Com base nas informações abordadas no trabalho conclui-se que o olhar do educador sobre o educando, seja ele adolescente que cumpre medida socioeducativa ou não, é determinante para seu planejamento e para os reflexos na vida social do adolescente. Considerando que o trabalho visa analisar o contexto do CASE, nota-se a preocupação de aproximar o centro da realidade dos meninos, atribuindo assim maior sentido ao processo.

Por parte da gestão, coordenadores e professores, está bem clara a percepção de um adolescente que precisa vislumbrar novas oportunidades, e que a prática pedagógica tem papel crucial nesse sentido. De forma geral, tanto o planejamento didático quanto a preparação das atividades e os trabalhos desenvolvidos partem da concepção de que é possível ressocializar e permitir a reintegração social de adolescentes em situação de conflito com a lei.

Com a análise das representações feitas pelos professores, compreende-se que no Centro de Atendimento Socioeducativo de Jaboatão dos Guararapes (PE) a abordagem pedagógica e o planejamento são mais focados na realidade de conflito com a lei em que estão inseridos os adolescentes. Dessa forma, como os próprios professores defendem como um ponto muito positivo, os alunos com suas necessidades e habilidades podem receber um melhor acompanhamento.

Fica claro também a importância de políticas públicas de assistência às famílias, possibilitando um melhor recebimento desses adolescentes. Lembrando que é

fundamental, além de recursos materiais, a cobrança, a fiscalização, o monitoramento das famílias que se encontram em situação vulnerável. Além, claro, do que é tratado pela maioria dos professores quando se fala na liberação dos meninos, é importante manter as possibilidades que existem dentro do CASE como, por exemplo, os estágios que muitos deles fazem, cursinhos etc. O trabalho acerca da reintegração social de um indivíduo envolve, portanto, todos os âmbitos e poderes sociais. Não se trata de penalização, mas de reeducação e correção.

É importante que as questões abordadas na pesquisa recebam a devida atenção das partes responsáveis legalmente, dos estudantes, dos cidadãos, dos professores, de forma geral. Alertando sobre a necessidade de formação adequada para dar suporte aos adolescentes em processo de ressocialização. Importante também as observações relacionadas ao comportamento e ao perfil desses adolescentes. Ficou claro o quanto a prática pedagógica é essencial para um processo educativo prazeroso e positivo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Panorama do Conselho Nacional: A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação**. 2012.
- BRASIL. Câmara Dos Deputados. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**. 35 ed. Brasília, 2012.
- BRASIL. Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de Educação em Direitos Humanos Diretrizes Nacionais**. Brasília, 2013.
- BRASIL. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. **Lei Complementar N° 132, de 11 de dezembro de 2008**. Reestrutura e redenomina a Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC, redefine sua competência, e dá outras providências.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. **Lei Complementar N° 3, de 22 de agosto de 1990**. Institui o regime jurídico único de que trata o art. 98 da Constituição Estadual, e dá outras providências.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei**. Levantamento Nacional 2011. Brasília, setembro de 2012.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei**. Levantamento Nacional 2014. Brasília, setembro de 2014.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 76 p
- CELLA, Silvana Machado. Camargo, Dulce Maria Pompeo De. Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 281-299, jan./abr. 2009
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.
- LOURENÇO, Jaqueline Kelly de Souza. **Representações sociais dos professores em relação aos adolescentes em conflito com a lei**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação,
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORGADO, Patrícia Paula Lima. **Práticas pedagógicas e saberes docentes na educação em Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: 2001.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

SILVA, Denilson Daniel da. **As representações sociais dos profissionais da educação do município de Caruaru que atuam com adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito da Criança e do Adolescente). Escolha de Conselhos / Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2017.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: Uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra e (Org.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998. p. 117-145.